

Trabalhadores retomam mobilização na Câmara contra retrocessos e ataque a direitos

Representantes dos trabalhadores retomaram no dia 1º a mobilização contra retrocessos na Câmara Federal, depois do recesso legislativo de julho. No retorno do trabalho legislativo, deverá ser apreciado o Projeto de Lei Complementar (PLC) 257/16, que trata da renegociação das dívidas dos estados e do ajuste fiscal aplicado aos servidores públicos. Entre as medidas prejudiciais ao funcionalismo previstas está a impossibilidade de governadores concederem reajustes salariais no prazo mínimo de dois anos.

É importante lembrar que o projeto que trata da renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal com a União propõe mudanças na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), fixando limites para os gastos públicos e determinando a redução das despesas, especialmente as com pessoal. Para os trabalhadores, alguns pontos da proposta que dão a dimensão das ameaças do projeto são: congelar aumentos ou ajustes de remuneração; suspender admissão ou contratação de



pessoal inclusive nas empresas estatais; reduzir em 10% as despesas com cargos de livre provimento; contabilizar as despesas com terceirização de mão de obra e outras formas de contratação nas despesas de pessoal; transferir bens e participações acionárias dos estados para a União, que fará a alienação ou privatização.

Reforma trabalhista de Temer pode acabar com 13º e férias

Desde que o golpe começou a ser arquitetado, a CUT afirma que o alvo principal dos golpistas é classe trabalhadora. De acordo com o jornal O Globo, o alerta cutista pode se confirmar nos próximos dias. Isso porque, o governo ilegítimo de Michel Temer deve anunciar uma reforma trabalhista que prevê flexibilização de diversos direitos.

Segundo O Globo, estão no alvo de Michel Temer os direitos assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O 13º salário, férias, adicional noturno, licença-paternidade e salário mínimo são alguns dos benefícios que podem ser atingidos.

De acordo com o projeto, todos os itens listados poderiam ser negociados entre trabalhadores e empresários promovendo uma nova realidade nas relações trabalhistas. Após alterados em acordos coletivos, as novas regras não poderiam ser derrubadas



na Justiça. "Quando eles falam do negociado sobre o legislado, na verdade querem apenas abrir uma porteira por onde vamos perder um século de direitos conquistados", alerta Graça Costa, secretária de Relações do Trabalho da CUT.

Desaposentação: Dúvidas são tiradas em atividade no IPT

Acompanhado de dois especialistas em direito trabalhista e previdenciário, o SINTPq realizou em julho uma atividade sobre desaposentação. O encontro ocorreu no IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), em São Paulo, e tirou dúvidas dos mais de 30 aposentados presentes.

O conceito de desaposentação foi o primeiro tema abordado, sendo definido pelos especialistas como um procedimento em que aposentados pelo INSS, que permaneceram ou voltaram a contribuir, solicitam um novo benefício que considere todo o tempo de contribuição.

A possibilidade de obter uma aposentadoria mais vantajosa vem gerando discussões e ações na justiça. Entretanto, ainda não há um encaminhamento legal para a desaposentação, uma vez que o STF segue há mais de três anos sem manifestar uma definição sobre o assunto.

Devido à demora do STF e a eminente e prejudicial reforma previdenciária que se aproxima, o advogado Francisco Coutinho aconselhou os aposentados a entrarem



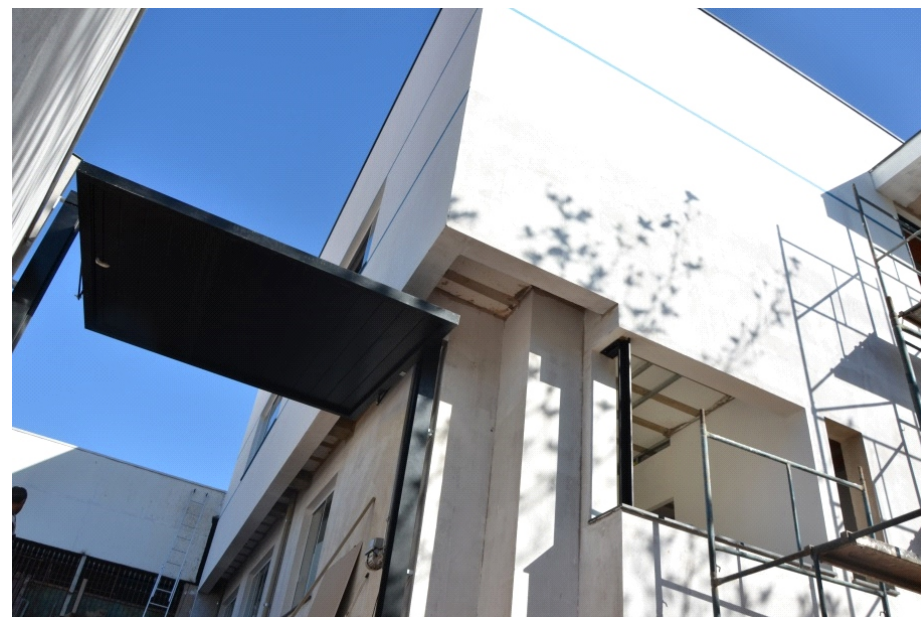
de imediato com seus processos: "Nossa história recente mostra que as alterações na previdência têm sido prejudiciais aos trabalhadores. Por isso, é recomendável entrar com a ação neste momento e garantir que o processo transcorra com base na legislação atual", orientou.

SINTPq inaugura novas instalações no dia 26

Após nove meses de obras, o SINTPq inaugura no dia 26 de agosto, às 19h, as novas instalações de sua sede. Para celebrar esse momento, o Sindicato promoverá um evento com a presença de autoridades e palestra com o deputado estadual e presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo, Carlos Neder, que abordará as perspectivas para a CT&I nacional na atual conjuntura política e econômica.

A área construída conta com um novo prédio equipado com salas para reunião e atendimento aos trabalhadores, recepção e um auditório no segundo piso.

O objetivo das melhorias é oferecer mais conforto aos profissionais da base e otimizar o trabalho do Sindicato através de uma estrutura compatível com a demanda dos mais de 6 mil trabalhadores representados pelo SINTPq.



Todos os profissionais pertencentes à base do SINTPq estão convidados. A sede do Sindicato está localizada em Campinas, na Av. Esther Moretzshon Camargo, 61, Pq. São Quirino. Compareça e participe desse importante momento na história do SINTPq.